

Governo enfrenta preços abusivos com importação

Edson Gês

O governo vai reduzir alíquotas e até liberar a importação de produtos em setores onde está verificando abusos de preços, como a indústria alimentícia, informou o ministro da Fazenda, Paulo Haddad. O Ministério da Fazenda identificou aumentos injustificados como o queijo de minas (113% em dezembro) e o de embutidos — como salame e mortadela. Técnicos do Ministério confirmam que a proposta é eliminar os impostos que incidem sobre as importações por um período de 90 dias. Esses técnicos já entraram em contato com grandes redes de supermercados, que garantiram ser possível trazer ao País produtos como queijo e embutidos em no máximo 45 dias.

Para enfrentar os aumentos de preços, iremos por três caminhos:

continuar conversando com os empresários, usar a Lei de Defesa do Consumidor contra os aumentos injustificados de lucro e até liberar por alguns meses a importação de produtos onde se localizarem os abusos — disse Haddad.

Preocupado com a possibilidade de a inflação chegar a 30%, o presidente Itamar Franco liberou a equipe para medidas de emergência, que incluem a alta moderada de taxas de juros.

Embora não possam dar um choque de juros, como fez a equipe de Marcílio Marques Moreira para evitar essa mesma alta de preços no ano passado, os assessores de Haddad acreditam que, com uma pequena elevação das taxas, será possível conter aumentos abusivos em

setores que vêm puxando a inflação, como o de higiene e limpeza.

As medidas de contenção de preços fazem parte da estratégia que a equipe econômica vem submetendo a Itamar, como o plano de estabilização a ser seguido pelo governo. Na avaliação de Haddad e seus assessores, sua principal tarefa será evitar o descontrole de preços, eliminar desequilíbrios como a delicada situação financeira dos bancos oficiais, e preparar terreno para “medidas mais fortes”, como a negociação com aplicadores do mercado financeiro para lançar títulos da dívida pública a prazos mais longos. Essas medidas só serão adotadas, porém, caso o governo consiga garantir credibilidade à economia, para evitar temores de dolarização na economia ou de calote na dívida.



Donato, Ermírio, Albano e Mandelli discutiram no Planalto a extensão da "Sacola" a todo o País